Projecto de pesquisa 'Desenvolvimento Económico e Instituições' (EID)

EDI Workshop
18 de Novembro 2020

O SECTOR DA EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE:
Do acesso à qualidade epistémica do ensino primário

Por:
Mouzinho Mário
Celso M. Monjane
Ricardo Santos

ROADMAP

1. NOTA INTRODUTÓRIA
2. BREVE ANÁLISE RETROSPECTIVA DO SECTOR DA EDUCAÇÃO
3. MAPEAMENTO DOS FACTORES PEDAGÓGICOS E MATERIAIS
4. MAPEAMENTO DAS VARIÁVEIS INSTITUCIONAIS
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

1

NOTA INTRODUTÓRIA

1. NOTA INTRODUTÓRIA

- O acesso universal à educação é política defendida e prosseguida pela maioria dos países do mundo; ela disseminou-se com muita rapidez no continente africano durante os últimos 60 anos;

- Em Moçambique, as reformas do sector da educação têm privilegiado o aumento das taxas de cobertura escolar;

- Não obstante o aumento significativo do acesso à educação, verificam-se ainda desafios no que concerne à retenção dos alunos na escola e à qualidade da aprendizagem:

  - A taxa de conclusão do ensino primário continua abaixo dos 50%;

  - A percentagem de alunos da 3ª classe com capacidade de leitura e escrita, a nível nacional, era de apenas 6,3% em 2013; em 2016 havia reduzido para 4,9%.

- Reconhece-se ter havido um relativo sucesso no tocante à expansão do acesso, mas menos sucesso no tocante à qualidade do ensino.

2

BREVE ANÁLISE RETROSPECTIVA DO SECTOR DA EDUCAÇÃO

2. BREVE ANÁLISE RETROSPECTIVA DO SECTOR DA EDUCAÇÃO

Período	Apectos relevantes
1975-1990	• Até 1975, cerca de 93% da sua população nunca havia frequentado qualquer tipo de estabelecimento de ensino formal, i.e. apenas 3% sabia ler e escrever • O novo Governo de Moçambique independente nacionalizou o ensino e criou um sistema de educação único, eliminando o sistema colonial discriminatório (um para os filhos dos colonos, outro para a populacão indígena) • Entre 1975 e 1979, a taxa anual de crescimento da população escolar do ensino primário foi de cerca de 22% no EP1 e 43% no EP2 • Em 1983, através da Lei n.º 4/83, de 23 de Março, foi criado o primeiro Sistema Nacional de Educação (SNE) • A implementação do SNE sofreu grandes reveses: entre 1980 e 1990, cerca de 68% da rede de escolas primárias tinha sido destruída ou permanecia inoperante devido ao alastramento do conflito armado.
1991-	• Em 1992, reajuste do SNE às novas condições sociais e económicas do período pós-guerra: à luz da Constituicão de 1990, a Lei nº 4/83 foi revogada; foi aprovada a nova lei do SNE (Lei nº 6/92, de 6 de Maio); • Em 2018 o SNE é novamente reajustado com a aprovacão de uma nova Lei (a Lei nº 18/2018) e consequente revogacão da Lei nº 6/92 de 6 de Maio.

BREVE ANÁLISE RETROSPECTIVA DO SECTOR DA EDUCAÇÃO (Cont.)

	• Aumento da taxa líquida de matrícula de 67% para 83.9 % para crianças da 1ª classe com 6 anos de idade • Melhoria na paridade de género: cerca de 47.8 por cento dos alunos são do sexo feminino (contra os anteriores 33 por cento) • Entre 2015 e 2017 o número de salas de aula convencionais aumentou em 919, mas o número de salas construídas com base em materiais precários manteve-se praticamente inalterado (cerca de 43% do total de salas de aula) • Ligeiro aumento do número de professores com formação, mas o rácio alunos/professor no ensino público não sofreu alteração significativa (em média, 60 alunos por professor) e uma redução significativa da taxa de analfabetismo, de 90% para 48% • Ainda permanecem enormes desafios no que toca a qualidade dos serviços de educação e retenção dos alunos na escola, particularmente das raparigas.

- **Quais são os factores subjacentes à fraca qualidade do ensino primário em Moçambique?**

- Há **factores organizacionais** – geralmente associados às **condições pedagógicas** e **materiais** de ensino e aprendizagem

- Como vermos mais adiante, os factores organizacionais, por seu turno, sofrem influências diversas de um conjunto de **variáveis do contexto institucional** no qual o sector de educação opera.

3

MAPEAMENTO DOS FACTORES MATERIAIS E PEDAGÓGICOS QUE VÊM AFECTANDO A QUALIDADE DE ENSINO

3. MAPEAMENTO DOS FACTORES PEDAGÓGICOS E MATERIAIS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Factores materiais e pedagógicos	Descrição
Turmas superlotadas; rácios alunos/professor elevados	• grande número de escolas do EP2 resultou da transformação de escolas de EP1 em escolas completas (EP1+EP2) sem acréscimo de salas de aula • Em 2018, o rácio médio alunos/professor nas escolas primárias completas rondava 55 alunos.
Deficiente preparação, alocação e controlo do trabalho dos professores	• Recorreu-se a professores primários de nível básico (10+1) ao invés de professores de nível médio (10+3) • Isto permitiu travar a escalada das despesas com salários dos professores primários, mas teve efeitos negativos na preparação e desempenho dos professores em sala de aula • A taxa de absenteísmo dos professores é estimada em torno de 45% e a dos directores de escola situa-se à volta de 44%. • Apenas 25% dos alunos são acompanhados pelo mesmo professor até à conclusão da 2ª classe
Carências em materiais de ensino	• Cerca de 56,6 % dos alunos estudam em escolas sem água, 72,8% em escolas sem energia e apenas 16% das escolas possuem biblioteca. • Com excepção da província de Maputo, um grande número de alunos (mais de 60%) estudam sentados no chão
Fraco envolvimento e participação dos pais e da comunidade na gestão das escolas	• No seu melhor, a participação das comunidades na gestão escolar limita-se à participação em reuniões dos CE, mas com limitada capacidade de influenciar os processos decisórios • Por vezes, os CE são instrumentalizados, ou sejam alguns membros dos CE limitam-se a legitimar as decisões previamente tomadas pela direcção da escola
	• Decisão de abolir as propinas escolares e instituir a distribuição gratuita do livro escolar, contando apenas com a contribuição dos parceiros

4

MAPEAMENTO DAS VARIÁVEIS DO INSTITUCIONAIS

4. MAPEAMENTO DAS VARIÁVEIS INSTITUCIONAIS

Variáveis do ambiente institucional	Descrição
Capacidade do Estado e Influência Externa	• Desafios na capacidade administrativa do Estado para fazer valer as leis e os regulamentos do sector; a reduzida capacidade administrativa torna-se mais notória à medida que se desce na hierarquia do sector. • Capacidade fiscal reduzida do Estado, que se traduz na exiguidade de recursos financeiros para viabilizar as políticas de desenvolvimento do sector. • Dependência excessiva do financiamento externo; esta faz com que, por vezes, as reformas do sector respondam aos desejos e prioridades dos doadores, os quais nem sempre coincidem com as necessidades do sector. • Como corolário, a fraca capacidade do Estado para financiar os seus planos e programas de desenvolvimento educacionais expõe-no às prioridades estabelecidas pelos parceiros de ajuda externa.
Voz, Participação e Responsabilização Política	• Os CE foram criados e revitalizados com funções de apoio, monitoria e controlo da acção dos órgãos directivos das escolas, bem como dos professores, com poderes atribuídos para resolução de conflitos e de responsabilização; • Casos de cooptação dos membros dos CE pelas direcções de algumas escolas, visando interesses pessoais, colocando desafios à legitimidade e transparência desses órgãos. • Como consequência, continuam a observar-se: ✓ Ausências injustificadas de professores; ✓ Atrasos injustificados de professores e directores da escola; ✓ Falta de transparência no uso dos fundos de ADE para melhorar as condições materiais das escolas; ✓ Desistências de um grande número alunos (sobretudo alunas) antes de completarem o 2.º ciclo do ensino primário, entre outros.

5. Considerações finais

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Com menos de 5% de alunos da 3.ª classe com as competências requeridas de leitura e escrita e menos de 8% com as habilidades matemáticas requeridas para o respectivo nível de ensino, o sector padece de uma crónica 'crise de aprendizagem'
- Esta crise é caracterizada pelo aumento do número de alunos do ensino primário e pela redução da qualidade da aprendizagem ao longo do tempo (**escolarização sem aprendizagem)**
- Algumas reformas introduzidas no sector da educação, desde 1992, com o apoio dos parceiros, foram demasiado ambiciosas: não foram afectados recursos financeiros suficientes para a sua implementação.
- Algumas reformas nem sequer haviam equacionado a possibilidade do Estado moçambicano as implementar sem o recurso ao apoio dos parceiros externos.

Em resumo:

✓ URGE melhorar a capacidade do Estado, através de mecanismos eficazes de voz e participação, por um lado, e do apoio externo, por outro, de modo a reforçarem essa capacidade, ao invés de se avançar para novas mudanças ou alterações que possam causar tensões acrescidas ou eventuais retrocessos no sector.

MUITO OBRIGADO!